

A TRAJETÓRIA DO ENGENHEIRO LOURENÇO BAETA NEVES EM JUIZ DE FORA

Klaus Chaves Alberto, Gabriella Inhan de Souza

Resumo

O engenheiro Lourenço Baeta Neves teve o percurso profissional marcado por atuações no ensino superior, no campo técnico-profissional e na política. Profissionalmente, destacam-se três atuações distintas na cidade de Juiz de Fora: em 1915, na criação de um plano de saneamento juntamente com o engenheiro Saturnino de Brito; em 1920, em uma revisão deste plano; e, no final desta década, como superintendente de obras estaduais. O artigo tem como objetivo apresentar a trajetória deste engenheiro destacando sua atuação nesta cidade. Para isso, foram pesquisadas fontes primárias localizadas principalmente nos arquivos do Estado de Minas Gerais e do município de Juiz de Fora.

Palavras-chave

Lourenço Baeta Neves; Juiz de Fora; Urbanismo; Trajetória

Abstract

Engineer Lourenço Baeta Neves had his professional trajectory marked by his accomplishments on the academical, technical and political fields. Three of his actions stand out in his professional life in Juiz de Fora: in 1915, by creating a sanitation planning together with his fellow engineer Saturnino de Britto; in 1920, revising this planning and by the end of that decade as Minas Gerais State work superintendent. This article aims at presenting this engineer trajectory by highlighting his achievements in this city. Primary sources located in the State History Files of the City of Juiz de Fora have been researched in order to make this article possible.

Keywords

Lourenço Baeta Neves; Juiz de Fora; Urbanism; Trajectory

Introdução

A pesquisadora Maria Cristina Leme classifica três momentos na formação do pensamento urbanístico no Brasil: o primeiro, entre os anos de 1895 a 1930, é marcado por projetos que abrangiam partes da cidade, onde os projetistas eram engenheiros e normalmente ocupavam cargos públicos. Muitos deles participaram "(...) da criação e do primeiro corpo docente das Escolas Politécnicas de Engenharia" (LEME, 1999, p.22). Os principais trabalhos desses engenheiros eram construções de ferrovias, obras de infraestrutura das cidades e projetos urbanísticos para áreas centrais. Tinham como referência as cidades européias, especificamente Paris e Viena; no segundo momento, entre os anos de 1930 a 1950, os projetos atingiam todo o conjunto da área urbana. Foi durante essa época que apareceram as primeiras propostas de zoneamento e legislação urbana; e no terceiro, de 1950 a 1964, os projetos envolviam a escala regional, foi a partir daí que se definiu o campo de atuação – acadêmico ou profissional –, e surgiu uma nova forma de trabalhar a cidade: com profissionais multidisciplinares onde os engenheiros e arquitetos se complementavam (LEME, 1999, p. 22 a 35).

No primeiro momento podemos verificar uma semelhança com o período de nascimento do urbanismo na Europa por estar fortemente atrelado com a reação aos problemas de saúde acarretados às novas realidades técnicas e sociais das cidades (HALL, 2005; MENDONÇA, et al, 2009). Neste período, verifica-se no Brasil uma forte atuação de engenheiros em conjunto com médicos na configuração de soluções urbanísticas principalmente a partir dos finais do século XVIII e início do século XIX, quando as epidemias passaram a ser debatidas e combatidas. Estas soluções frequentemente tinham caráter sanitário privilegiando a criação de redes de abastecimento de água e esgoto (LEME, 1999, p. 22).

Lourenço Baeta Neves (1876-1948), nascido em Ouro Preto, com formação em engenharia civil, de minas e metalurgia (1899) (LEME, 1999, p. 462), enquadra-se neste grupo de profissionais que contribuíram na formação do pensamento urbanístico no Brasil. Como outros engenheiros do período, além da atuação técnico profissional, também trabalhou no campo educacional, sendo um dos fundadores da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, em 1911, que foi incorporada em 1927 "(...) à Universidade de Minas Gerais, na qual foi responsável pelas disciplinas de Navegação interior e portos do mar, Astronomia, Geofísica, Mecânica aplicada às máquinas e Máquinas hidráulicas." Ainda na Universidade de Minas Gerais, chegou a ser reitor interino e recebeu da Universidade do Brasil o título de Doutor Honoris Causa (LEME, 1999, p. 463). Neves, também atuou no campo da política, no qual chegou a ser

URBANA, V.5, nº 7, out.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história... - CIEC/UNICAMP

prefeito na cidade de Poços de Caldas entre 1920 e 1922, e deputado federal entre os anos de 1934 e 1937 (LEME, 1999, p.462).

Lourenço Baeta Neves | sanitaria

O início de sua atividade profissional como engenheiro sanitário ocorreu em 1905, na cidade de Itabira do Mato Dentro, trabalho feito em conjunto com o engenheiro José Barcellos de Carvalho (NEVES, 1912, p.74). Mais tarde, foi incumbido pelo governo do presidente Francisco Salles de estudar e propor soluções sanitárias para a cidade de Caxambu, o que resultou na publicação do seu primeiro livro *Abastecimento de água e esgoto de Caxambu*, em 1907. Neste livro, Neves já defende um tema recorrente em seus textos e palestras: a necessidade da generalização de hidrômetros nas cidades, pois este seria o "(...) único meio capaz de evitar as constantes aduções de novas águas a que as cidades são sempre obrigadas, não tanto pelas necessidades higiênicas crescentes da população aumentada, mas, pelo exagero de gastos" (NEVES, 1912, p.34).

Em 1911, abordou o tema tratamento do solo no setor da agricultura, referenciando aplicações feitas nos Estados Unidos. O texto foi intitulado *Physica do solo*, e cita, como uma das técnicas modernas de cultivo e preparo do solo, o trabalho desenvolvido no parque municipal de Belo Horizonte (LEME, 1999).

De 1910 a 1914, Baeta Neves dirigiu a Comissão de Melhoramentos Municipais do estado de Minas Gerais, época em que escreveu o livro *Hygiene das Cidades*, publicado após uma palestra apresentada à Academia Nacional de Medicina (ANM), na cidade do Rio de Janeiro, realizada em 30 de outubro de 1912 (NEVES, 1912). O convite feito pela Academia ao engenheiro teve como mote a apresentação dos estudos relacionados às pequenas cidades do interior do Brasil, especialmente no estado de Minas Gerais, que, segundo a ANM, "(...) pela natureza, diversidade de aspectos físicos e variedade de clima, resume, por assim dizer, todo o meio físico brasileiro" (NEVES, 1912, p.21). Neste sentido, a ANM acreditava que as soluções ali apresentadas poderiam ter uma aplicação abrangente em grande parte do interior do país.

Neste trabalho de cunho eminentemente sanitaria reconhece-se a contribuição de estudos desenvolvidos por médicos, mas, uma das principais referências, foram os trabalhos do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Este foi constantemente citado por Baeta Neves que afirmou sua admiração pelo colega de profissão, chegando mesmo a ser considerado discípulo de Saturnino (LEME, 1999, p.463). Este sentimento levou-o a se empenhar na publicação oficial das

URBANA, V.5, nº 7, out.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história... - CIEC/UNICAMP

obras completas de seu mestre pelo Instituto Nacional do Livro, publicação esta prefaciada por Lourenço Baeta Neves. Apesar da importância de Saturnino de Brito na vida profissional de Neves, foi apenas em dezembro de 1907 que eles se conheceram, quando este estava fazendo o relatório de *Abastecimento D'água e Esgoto de Caxambu*. Saturnino de Brito fez o prefácio do trabalho e, no decorrer do texto, comentou a respeito desse primeiro encontro (NEVES, 1912).

Na obra *Hygiene das Cidades*, o autor ressaltou que os maiores problemas de aplicação de soluções para questões de higiene das cidades não estavam na falta de ideias, nem tampouco na execução, mas sim na barreira política, especificamente na "(...) má aplicação dos dinheiros públicos" (NEVES, 1912, p.24), e criticou também a não contratação de responsáveis técnicos para a execução dos serviços. Baeta ainda destacou a atenção que deveria existir na relação entre cidade e natureza para garantir recursos às gerações futuras. Neste sentido, detectava que estava se configurando a perda de mananciais que abasteciam as cidades, o que poderia tornar-se um problema irrecuperável no futuro (NEVES, 1912, p.77 e 75).

Para garantir o uso eficiente das águas, o engenheiro entendia que não bastaria a captação das mesmas. Era necessário um efetivo projeto de distribuição, com cálculos acertados sobre diâmetros adotados, evitando assim desperdícios. Para o autor, as obras de abastecimento de água deveriam ser feitas quando as cidades ainda estavam pequenas, pois os custos dos terrenos a serem desapropriados teriam valor substancialmente menor, além disso, o livro traça diretrizes para um bom programa de abastecimento de água potável.

Baeta Neves publicou outros textos no campo da engenharia sanitária como o livro *A engenharia e as obras pela saúde – municipalização dos serviços de águas e esgotos*, em 1917, onde definiu os direitos e deveres de um profissional da engenharia, e afirmou que sua atuação acadêmica jamais o impediu de atuar no campo técnico, onde sempre se preocupou em montar relatórios com propostas para a administração pública. Outra obra sobre o tema foi a palestra proferida por ele no Club de Engenharia de Pernambuco, que foi transformada em artigo, em 1924, com o título *A Engenharia Sanitária e seus problemas capitais* (LEME, 1999).

Baeta Neves esteve à frente das Obras de Saneamento do estado da Paraíba, projetadas por Saturnino de Brito. Elogiava o sistema sanitário da cidade de Recife, e o considerava o mais bem aparelhado do Brasil, finalizando seu artigo *A engenharia sanitária e seus problemas capitais* (1924), chamando a cidade de "vestíbulo internacional do Brasil", graças a seu aspecto salubre e civilizado. (LEME, 1999)

Lourenço Baeta Neves também atuou em cargos no estado de Minas Gerais: entre os anos de 1926 a 1930, assumiu o cargo de Consultor técnico na administração de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (LEME, 1999, p.462); foi ainda presidente do Conselho Técnico Consultivo de Belo Horizonte, órgão criado em 1934 para assessorar o prefeito no que diz respeito às intervenções públicas na cidade; e, posteriormente, foi superintendente dos Serviços Hidráulicos dos Municípios do Estado de Minas Gerais, diretor interino da Rede Sul Mineira e diretor de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. Ainda escreveu diversas obras sobre os mais variados temas¹, participou de congressos nacionais e internacionais relacionados às diversas associações e sociedades profissionais (nacionais e internacionais) pelas quais participou de eventos.

Lourenço Baeta Neves em Juiz de Fora

A relação profissional de Lourenço Baeta Neves com Juiz de Fora pode ser demarcada por três momentos principais: em 1915, quando trabalhou juntamente com o engenheiro Saturnino de Brito na criação de um plano de saneamento para a cidade; em 1920, quando desenvolveu sozinho uma revisão deste plano; e, no final desta década, quando atuou como superintendente de obras do estaduais na cidade.

Primeiro momento: O Plano de Saneamento de Juiz de Fora, 1915

O então Presidente da Câmara de Juiz de Fora, Sr. Oscar Vidal, convidou os engenheiros Francisco Saturnino Brito e Lourenço Baeta Neves para desenvolverem um Plano Geral de Saneamento da Cidade de Juiz de Fora. No projeto final aprovado pela Câmara Municipal através da Resolução Nº 696, de 26 de agosto de 1915 (MACHADO, 2011, p.2) um dos temas relevantes apresentado pelos engenheiros foi a necessidade de um plano diretor para a cidade. Esta seria uma maneira de restringir a ocupação de construções às margens dos mananciais onde podem ocorrer inundações. Para os autores, a topografia fortemente acidentada de Juiz de Fora exigia que o desenho retilíneo das ruas - que foi adotado na área já consolidada da cidade (denominada cidade baixa) - não fosse executado nos terrenos íngremes da maior parte do município. De acordo com o relatório, deveria ser feito um estudo sobre a

¹ Entre estas publicações destacam-se a *Caderneta nº1: Trabalhos de Engenharia Sanitária* (NEVES, 1912a), *Fornecimento de Materiais e Execução de Obras de Engenharia Sanitária* (NEVES, 1912b), *Comissão de melhoramentos municipais: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Gonçalves de Sousa, secretário da Agricultura* (NEVES, 1914), *Estradas de Rodagem no estado de Minas Gerais* (NEVES, 1922), *Saturnino de Brito e o trato sanitário das cidades* (NEVES, 1937), *Um grande Engenheiro* (NEVES, 1938), *Problema do São Francisco. Barbacena* (NEVES, 1948).
URBANA, V.5, nº 7, out.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história... - CIEC/UNICAMP

topografia para estabelecer um plano de arruamentos que consulte as necessidades do trânsito, preveja o conveniente estabelecimento dos esgotos sanitários e pluviais, e, finalmente, que ofereça ruas com belas perspectivas, tanto nos trançados pitorescos pelas encostas, como descobrindo à vista às belíssimas perspectivas do vale do Paraíba e das suas montanhas e colinas. (ESTEVEES, 1915, p.185).

Neste relatório foram enfocados temas específicos como a implantação de hidrômetros na cidade, e outros mais abrangentes, como a importância da desapropriação de águas e terrenos que, segundo os autores, deveriam viabilizar a completa solução dos problemas sanitários (ESTEVEES, 1915, p.186). Foi proposta uma separação dos mananciais existentes na região e áreas a serem atendidas por cada um deles. Além de verificar a qualidade das águas² e as condições naturais das bacias, inspecionava, também, sua localização no sítio da cidade. Quando necessário, seriam feitos os devidos corretivos purificadores. Todo esse estudo de abastecimento de água seria uma revisão da estrutura existente, fazendo assim, um grande complemento para melhor atender a população a longo prazo.

Quanto ao esgoto, o relatório expôs a deficiência da captação da área de Juiz de Fora conhecida como Cidade Alta, que já havia sido objeto de estudo e de um projeto em 1898, mas que nunca foi executado. O plano previa alterações na estrutura existente para resolver este problema. Um dos pontos principais foi a refutação ao projeto precedente de saneamento que previa a implantação de um sistema de grandes coletores (que trabalhava conjuntamente com águas pluviais e esgoto). Para os autores, a melhor solução técnica seria a construção de um separador absoluto de águas pluviais e de esgoto sanitário. Segundo os mesmos:

Ao sistema separador absoluto as canalizações trabalham de acordo com uma previsão que pode ser sempre razoavelmente determinada; desde, porém, que os esgotos recebam águas das chuvas, o aleatório na previsão prejudica a precisão das avaliações e o funcionamento sempre será irregular: - quando não chover, os grandes coletores trabalham com pouca água; quando chover pouco recebem terra que se sedimenta; quando chover muito, a capacidade é insuficiente, e praticamente não se pode dar à rede capacidades extraordinárias. Acresce que coletando promiscuamente águas das chuvas e despejos, é preciso levar para longe toda essa massa considerável de líquido, em grandes galerias: ao passo que separando as duas contribuições, levam-se para longe os despejos e conduzem-se as águas pluviais, pelas sarjetas e os coletores de diâmetros razoáveis, diretamente para os cursos de água, seguindo os trajetos mais curtos, daí uma grande economia nas obras, a pagar do melhor funcionamento do sistema, sendo apenas aparente a complicação por se ter uma rede dupla (ESTEVEES, 1915, p.195).

² Essas análises foram feitas pelo Dr. Schaeffer, chefe do Laboratório de Análises do Estado. URBANA, V.5, nº 7, out.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história... - CIEC/UNICAMP

exacerbada, os cursos de água deveriam ser canalizados, evitando, assim, a acumulação de lixo proveniente dos moradores das margens.

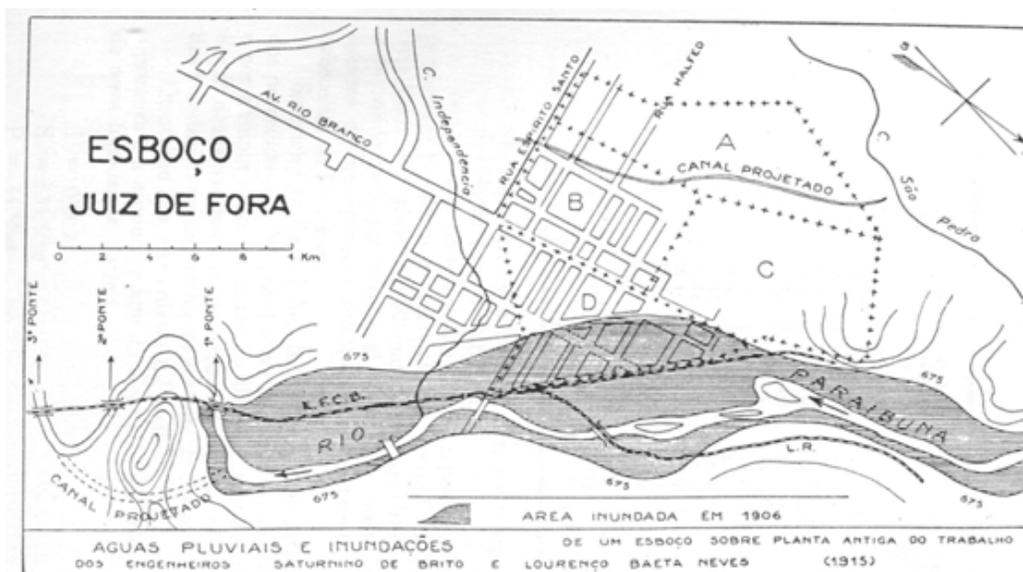


Figura 3 - Área inundada no centro da cidade enchente de 1906.

Fonte: Plano de drenagem de Juiz de Fora – Parte 1 – Zona Norte. Disponível em: http://www.planodedrenagem.pjf.mg.gov.br/volume1_diagnostico.pdf



Figura 4 - Rua Halfeld - Enchente de 1906.

Fonte: Plano de drenagem de Juiz de Fora – Parte 1 – Zona Norte. Disponível em: http://www.planodedrenagem.pjf.mg.gov.br/volume1_diagnostico.pdf

A segunda intervenção teria como base projetos de Paris, para o Rio Sena, e de New Orleans, para o Rio Mississipi. Os engenheiros sugeriram a criação de diques

de terra às margens do Paraibuna, e a transformação das várzeas inundáveis em parques arborizados.

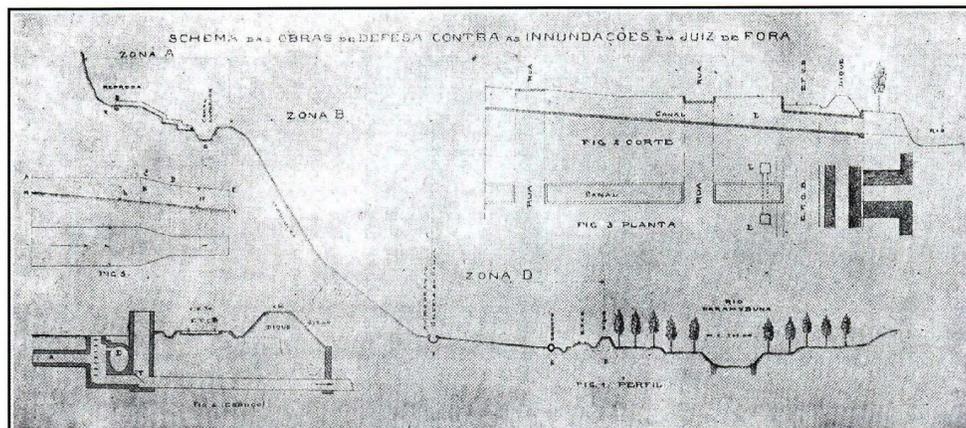


Figura 5 - Sistema Contra Inundações.

Fonte: Esteves, 1915, p.206

Outra idéia complementar aos diques seria a criação de novas aberturas para saída das águas a jusante, especificadas em projetos anteriores. A retificação do rio, tema recorrente em múltiplos projetos precedentes de diferentes engenheiros (que, segundo Baeta Neves e Saturnino de Brito, não se baseavam em dados corretos de vazão em épocas de cheia), entrariam como um trabalho complementar. Para as margens do Paraibuna, indicaram, taludamento gramado, excluindo definitivamente a opção pelo concretamento das mesmas e lembraram que esse tipo de problema, inundação (assim como a seca), seria causado pelo desmatamento.

Em 25 de agosto de 1915, Neves fez uma conferência na Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, onde expôs o citado relatório de saneamento da cidade. Nesta oportunidade, destacou que sempre consideraram válidas e aproveitaram propostas de projetos antecessores ao plano apresentado³. Quanto às críticas aos projetos já executados, Baeta tomou o cuidado de esclarecer que apesar de ele e Brito não concordarem, foram executados em época distinta, sob meios científicos desses períodos e com boas intenções para o município.

Afirmou que, se a cidade soubesse aproveitar a sua topografia, sustentaria o título de "Princesa do Paraibuna" e ainda seria uma das cidades brasileiras mais

³ Anteriormente, em 1893, o engenheiro Eugenio Raja Gabaglia estudou as condições da cidade como uma das possíveis localidades a ser a nova Capital do Estado. Este estudo tornou-se uma importante referência para Plano Geral de Saneamento da Cidade, desenvolvido por Saturnino e Lourenço no qual verifica-se diversas citações aos seus dados, principalmente os relacionados à questão sanitária (ESTEVES, 1915).

salubres. Durante a palestra, falou sobre a utilização das águas do Yung-Linhares, que seria uma obra econômica, porém insuficiente. Ainda destacou que áreas verdes não eram importantes apenas para garantir a qualidade do ar mas, para captação de água da chuva para os reservatórios naturais, os lençóis freáticos, que também atenuam as inundações.

Em relação ao Paraibuna, principal rio que atravessa toda a cidade, ponderou que

(...) deve-se conquistar esse elemento, enquanto é tempo de fazê-lo sem maiores dificuldades para que, nas suas próprias enchentes, hoje assustadoras, ele respeite a cidade e não se apresente senão como um novo aspecto de majestosa beleza, realçando, em toda sua magnitude, o império da cidade sobre as águas dominadas (MACHADO, 2011, p.2).

Por questões financeiras, o projeto de Baeta e Brito não foi colocado em prática. A câmara acabou executando algumas modificações de rápida ação apenas para atender a gritante necessidade da população (OLIVEIRA, 1975, p.72 e 111; NEVES, 1920, p.8), como a adução da águas do Yung-Linhares. Para tal, o então presidente da câmara Dr. José Procópio de Teixeira, em 18 de dezembro de 1915, endereçou uma carta a Saturnino de Brito na qual esclarece a dificuldade de sua administração na execução do plano desenvolvido:

Tendo de assumir a administração do Município a 1º de janeiro, e, devendo iniciar logo o abastecimento da cidade, de acordo com o plano sabiamente estudado por v. ex. e o Dr. Baeta Neves, penso que, no momento, atendendo à situação financeira do Estado, que nos fornecerá recursos, à dificuldade de material e à diferença de extensão, devemos inverter o aconselhamento, captando o ribeirão Linhares primeiramente, com 7.430 m.c. e a 4 quilômetros, sendo as desapropriações muito mais baratas... prefiro fazer por partes e com muita economia, até complementar todo o plano estudado (NEVES, 1920, p.8 e 9).

Segundo momento: A revisão do plano, 1920

Em 1920, Lourenço Baeta Neves foi novamente convocado para rever a situação de abastecimento e esgoto de Juiz de Fora. Nesta oportunidade escreveu o texto *Novo Abastecimento de Água da Cidade de Juiz de Fora: Parecer do Engenheiro Lourenço Baeta Neves*, publicado pela Imprensa Oficial (OLIVEIRA, 1975). No decorrer do documento, Baeta explica que "(...) o novo abastecimento fez-se para reforço do existente, trazendo-se à rede de distribuição deste, por um conduto forçado que lhe injeta a respectiva contribuição, de águas do ribeirão Yung, que reunido ao do

Linhares, vem de altos terrenos à margem esquerda do Paraibuna, a nordeste da cidade” (NEVES, 1920, p.3).

Segundo o texto, em 1916, Lourenço, com aprovação de Saturnino, traçou um programa para utilização das águas do Yung e do Linhares. Conforme o plano de 1915, essas águas seriam “(...) tratadas por um processo de filtração rápida, com adução prévia de apropriado coagulante” (NEVES, 1920, p.9). O custo das obras a serem feitas, de acordo com o novo abastecimento de 1920, segundo ele, seria de menos de quarenta contos de réis, e deveria “(...) constar de uma represa elevando as águas ao nível conveniente” (NEVES, 1920, p.17)

Terceiro momento: Inspetor de obras estaduais em Juiz de Fora

Logo que assumiu o cargo de presidente do Estado em 1926, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada⁴ deliberou a organização de um plano de melhoramentos para Juiz de Fora e, para isso, convidou o engenheiro Lourenço Baeta Neves para fazer estudos, projetos e orçamentos para as obras que achasse necessárias (Diário Mercantil, 1928a). Foi neste contexto que ocorreu o terceiro momento de atuação de Baeta Neves em Juiz de Fora, mas, neste novo período, percebe-se uma atuação menos direcionada à ações urbano-sanitaristas e mais focada em outra faceta profissional do engenheiro: o projeto de edifícios.

Durante o ano de 1927, Baeta Neves, já afastado do cargo de Diretor de Viação e Obras Públicas do Estado, inicia na cidade sua tarefa de “(...) superintender as obras estaduais a serem executadas como a construção do cais do rio Paraibuna, penitenciária, do edifício destinado a sede das repartições públicas, na Rua Batista de Oliveira, do edifício da Escola Normal Modelo e da escola de Agrícola, além da restauração da União e Indústria”. (Diário Mercantil, 1927a). Para este serviço de supervisão, o secretário da agricultura colocou à disposição do engenheiro dois profissionais: o engenheiro Benjamin Quadros – que passou a ser seu auxiliar –, e o desenhista Alfredo Baeta Neves (Diário Mercantil, 1927b).

Apesar do amplo leque de serviços noticiados no jornal Diário Mercantil pode-se avaliar que a principal ênfase foi dada para a construção de edifícios escolares. Possivelmente esta opção tenha sido fortemente influenciada pelo próprio presidente do estado, Antonio Carlos Ribeiro, que, quando estava no cargo de presidente da

⁴ Antes de se tornar presidente do Estado, teve longa passagem em Juiz de Fora e atuou como professor na Academia de Comércio de Juiz de Fora (1894 - 1898). Foi proprietário do Jornal do Comércio de Juiz de Fora e fundador do jornal Diário Mercantil (1912). Atuou como vereador e, como presidente da Câmara de Vereadores, exerceu as funções de prefeito da cidade (CPDOC).
URBANA, V.5, nº 7, out.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história... - CIEC/UNICAMP

Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, já havia executado importantes ações para a ampliação da estrutura pública de ensino do município⁵.

Assim, logo no início de sua estada na cidade, Baeta Neves iniciou o trabalho de pesquisa de um terreno adequado para a construção do novo grupo escolar no bairro de São Mateus (Diário Mercantil, 1927c). Este foi adquirido por volta do mês de julho de 1927 (Diário Mercantil, 1927d). Neste mesmo período, o engenheiro projetou e executou o grupo escolar Antônio Carlos, no bairro Mariano Procópio. O jornal Diário Mercantil de 21 de julho de 1927, relatou que a simplicidade arquitetônica destes grupos escolares e, mesmo a opção pela construção com tijolos descobertos (que tinham como objetivo adequar o edifício ao estilo das demais edificações do bairro), foram recomendações do presidente Antonio Carlos, que gostaria de garantir que as edificações tivessem "(...) linhas elegantes, por ter obedecido a diretrizes modernas, mas especialmente pela preocupação e aplicação de regras sanitárias" (Diário Mercantil, 1928b).

Ainda no campo das edificações escolares, foi anunciado pelo Diário Mercantil, no dia 31 de outubro de 1927, que o presidente do Estado, Antônio Carlos, liberou a construção de uma edificação para ensino primário na Rua Vitorino Braga. A escola seria localizada em um terreno de esquina, sendo 34 metros de frente para a rua citada e 42 metros para uma nova rua. Neste caso, o engenheiro foi responsável pelo projeto e pela execução. Neves ainda administrou obras como a ampliação dos Grupos Centrais, localizados na Avenida Rio Branco – com ênfase nas instalações sanitárias – e nas escolas reunidas do Poço Rico. (DIÁRIO MERCANTIL, 1928b)

Um importante momento da atuação de Lourenço Baeta Neves no campo das edificações escolares em Juiz de Fora esteve ligado à reabertura da Escola Normal Oficial⁶. Sua relação com este espaço iniciou-se durante o início do ano de 1928, quando foi adquirida a residência de Luiz Eugênio Horta Barbosa, localizada na Rua Espírito Santos. O engenheiro foi responsável por uma grande reforma e ampliação desta residência que passou a abrigar a Escola Normal Oficial provisória⁷ (DIÁRIO MERCANTIL, 1928c).

⁵ Segundo a pesquisadora Milena Candiá, para Antonio Carlos Ribeiro de Andrada a educação popular seria o principal instrumento de consolidação dos "ideais democráticos, tornando-se a instrução do povo uma requisição imperiosa à construção de uma nação moderna" (CANDIÁ, 2007, p.4).

⁶ Sobre o projeto da Escola Normal recomenda-se a leitura do artigo Aspectos da relação entre Arquitetura, Urbanismo e Educação: o caso da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (ALBERTO, 2008)

⁷ Segundo o jornal Diário Mercantil de 13 de março de 1928, devido ao curto espaço de tempo para a execução desta obra – quarenta dias – foram deslocados um grande número de funcionários tendo que paralisar algumas obras que estavam acontecendo na cidade para cumprir o cronograma apertado que lhe foi dado.

Finalmente, no dia 14 de agosto de 1930, a Escola Normal deixou o edifício provisório na Rua Espírito Santo, e foi inaugurada na nova e definitiva sede (INSTITUIÇÃO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA, 2002) no terreno localizado na esquina da Rua Espírito Santo com a Avenida Quinze de Novembro (atual Getúlio Vargas). Para Neves, este terreno permitiria que a escola servisse "(...) à população do extremo sudoeste da cidade, de um lado e do outro do Paraibuna" (ESCOLA NORMAL DE JUIZ DE FORA, 1927). Além disso, este terreno foi emblemático, pois, além de estar localizado em um dos principais acessos da cidade, era o espaço anteriormente ocupado pela antiga cadeia.

Segundo o pesquisador Marcus Bencosta, a implantação de Escolas Normais no Brasil sempre priorizou a ocupação de terrenos centrais nas cidades, permitindo que os edifícios se destacassem no cenário urbano de modo a refletir o ideal republicano. Para o autor,

a construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos estados que tinham no urbano o espaço privilegiado para sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prosperase economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (BENCOSTA et al., 2005, p.97).

O projeto foi executado pela Cia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, tradicional na cidade, em estilo Art Déco (INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA, 2012). A opção por este estilo demonstra o distanciamento do viés eclético das primeiras escolas republicanas pois, para o engenheiro, a forma do edifício deveria representar valores desatrelados à tradição arquitetônica configurando uma arquitetura em estilo moderno. Além disso, a modernidade da edificação também poderia ser representada na escolha do sistema estrutural em concreto armado que, na época, era considerado como uma inovadora técnica de construção. Segundo Alberto (2008)

(...) Esta tecnologia permitiria o uso reduzido de alvenarias, conquistando espaço útil para o ensino e deixando vãos mais livres e, conseqüentemente, mais iluminados e ventilados. Além disso, permitiria reduzir o tempo de construção da obra (ALBERTO, 2008, p.23).



Figura 6 - Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

Fonte: Álbum da Companhia Pantaleone Arcuri

Um aspecto relevante desta escola foi a preocupação com a questão sanitária da edificação. Sobre este tema o pesquisador Klaus Chaves Alberto destaca algumas estratégias de projeto:

Baeta Neves afirma que a implantação do edifício teria um afastamento em relação ao terreno vizinho para garantir larga abertura que proporcionaria circulação de ar em todo o prédio. O afastamento das faces do edifício em relação às edificações vizinhas seria de pelo menos dez metros. Nas fachadas foram projetadas amplas janelas, reforçando a questão do aproveitamento máximo da iluminação natural e promovendo a ventilação adequada (ALBERTO, 2008, p.23).

Em 1970, durante obras de abertura da Avenida Independência, hoje Avenida Itamar Franco, uma parte dos braços desta edificação foi demolido, no entanto, posteriormente, a representatividade desta edificação foi reconhecida e o edifício foi tombado por Decreto do Executivo de número 04406 no dia 7 de dezembro de 1990.

Conclusão

Este artigo apresentou a trajetória do engenheiro Lourenço Baeta Neves com ênfase em três momentos de sua atuação na cidade de Juiz de Fora. No texto pode-se perceber a variabilidade da ação do engenheiro que trabalhou diretamente em amplas

URBANA, V.5, nº 7, out.2013 - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história... - CIEC/UNICAMP

questões urbanísticas e sanitárias, até mesmo na produção de importantes edifícios na cidade. Também foi possível perceber o alcance de seus ideais técnicos na conformação das cidades. Espera-se que este texto também possa ter contribuído no entendimento da história urbana de Juiz de Fora que constitui mais um palco da formação do pensamento urbanístico no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALBERTO, Klaus Chaves (2010). **A noção de Urbanismo em Juiz de Fora na década de 1930: a atuação de Francisco Baptista de Oliveira na consolidação do seu significado**. In: 1º. Seminário DOCOMOMO/MG: Arquitetura e Urbanismo Modernos em Minas Gerais: novas fronteiras, novos cenários, Uberlândia. Anais ... Uberlândia: UFU.

ALBERTO, Klaus Chaves; TASCIA, Luciane ; TEIXEIRA, Ana Paula de Souza ; EMERICK, Eron Rossignoli ; TOLEDO, Patrícia de Moura e Silva ; PEREIRA, Vinícius Resende (2008). **Aspectos da relação entre Arquitetura, Urbanismo e Educação: o caso da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora**. In: CES Revista (CES/JF. Impresso), v. 22, p. 13-28.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino; SOUZA, Rosa Fátima de; VIÑAO, Antônio; COEUR, Marc Le; SCHIMMELPFENG, Regina Maria; IWAYA, Marilda; CHORNOBAI, GISELE Quadros Ladeira; CORREIA, Ana Paula Pupo; COLOMBO, Irineu (2005). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez.

CANDIÁ, M. A. A. (2007). **"Depois do pão a educação é a primeira necessidade do povo": Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1904-1912)**. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007, Juiz de Fora. IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais - Anais. Juiz de Fora: Produtora de Multimeios da UFJF. v. 1.

CPDOC. Biografias. **Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (2012)**. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/antonio_carlos_ribeiro_de_andrada >. Acesso em: 17 de jun.

Escola Normal de Juiz de Fora. Jornal Gazeta Comercial, Juiz de Fora, 18 dez.

ESTEVES, Albino (1927). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas. 2ª Edição.

HALL, Peter (2005). **Cidades do Amanhã**. Editora: tradução Pérola Carvalho, São Paulo: Perspectiva.

Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora (2012). Editora: Juizforana, Juiz de Fora, 15 de fev. 2002. Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora. Disponível em: < http://www.pjf.mg.gov.br/patrimonio/instituto_educacao.htm >. Acesso em: 10 de jun.

LEME, Maria Cristina (org.) (1999). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM.

MACHADO, Pedro José de Oliveira (2011). **Qualidade das águas urbanas em Juiz de Fora**. In: Revista de Geografia – PPGeo, v. 1, nº 1.

Memória de Poços de Caldas (2012). Disponível em: <http://www.memoriadepocos.com.br/2011/12/os-prefeitos-de-pocos-de-caldas.html>. Acesso em 37 de jul.

MENDONÇA, Eneida; FREITAS, José Francisco; CAMPOS, Martha; PRADO, Michele; ALMEIDA, Renata (2009). **Cidade Prospectiva – O projeto de Saturnino de Brito para Vitória**. São Paulo: Annablume; Vitória, ES: EDUFES.

NEVES, Lourenço Baeta (1907). **Abastecimento d'agua e esgotos de Caxambú**. Belo Horizonte: [s.n.].

NEVES, Lourenço Baeta (1912). **Hygiene das cidades: com as leis e regulamentos sobre melhoramentos municipais no Estado de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas.

NEVES, Lourenço Baeta (1912a). Caderneta nº1: **Trabalhos de Engenharia Sanitária**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

NEVES, Lourenço Baeta (1912b). Caderneta nº3: **Fornecimento de Materiais e Execução de Obras de Engenharia Sanitária**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

NEVES, Lourenço Baeta (1914). **Comissão de melhoramentos municipais: relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Gonçalves de Sousa, secretário da Agricultura**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas. 413 p.

NEVES, Lourenço Baeta (1920). **Novo Abastecimento de Água da Cidade de Juiz de Fora: Parecer do Engenheiro Lourenço Baeta Neves**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas.

NEVES, Lourenço Baeta (1922). **Estradas de Rodagem no estado de Minas Gerais**.

NEVES, Lourenço Baeta (1924). **A engenharia sanitária e seus problemas capitais**. S.l: Boletim de Engenharia, v. 1.

NEVES, Lourenço Baeta (1937). **Saturnino de Brito e o trato sanitário das cidades**. In: JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: 3 e 5 de jan. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados pelo Sr. Lourenço Baeta Neves.

NEVES, Lourenço Baeta (1938). **Um grande Engenheiro**. In: JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: 12 junho.

NEVES, Lourenço Baeta (1948). **Problema do São Francisco**. Barbacena, MG: Oficinas Gráficas do Bazar Moderno. 21 p.

OLIVEIRA, Paulino (1975). **Efemérides Juizforanas: 1698 - 1965**. UFJF.

Plano de drenagem de Juiz de Fora – Parte 1 – Zona Norte (1927). Disponível em: < http://www.planodedrenagem.pjf.mg.gov.br/volume1_diagnostico.pdf >. Acesso em: 29 de jul. 2012Obras Estaduais em Juiz de Fora. Diário Mercantil, Juiz de Fora, 14 jan. Obras Públicas em Juiz de Fora (1927). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 10 fev.

Novo edifício para o grupo de São Mateus (1927). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 12 fev.

Grupos Escolares (1927). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 21 jul.

Escolas reunidas de Botanagua à Rua Vitorino Braga (1927). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 31 out.

Escola Normal Modelo (1927). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 25 nov.

Grandes melhoramentos estão sendo realizados na cidade pela presidente Antônio Carlos (1928). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 06 de jan.

Uma visita aos Grupos Centrais (1928). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 20 de jan.

A Escola Normal de Juiz de Fora: As obras de adaptação do prédio à rua do Espírito Santo ficarão concluídas até 20 do corrente (1928). Diário Mercantil, Juiz de Fora, 13 de mar.